

## NO TEAR DA MEMÓRIA, TRAVESSIAS DE HISTÓRIA DA LUTA DO CAMPO NO CORDEL: EDUCAR A JUVENTUDE EM DIREITOS HUMANOS

P. C. A. Araújo<sup>1</sup>, G. F. Neves<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, <sup>2</sup>Universidade Federal da Paraíba - UFPB  
patriciacaa@yahoo.com<sup>1</sup>

Submetido 10/03/2017 - Aceito 24/07/2017

DOI: 10.15628/holos.2017.5769

### RESUMO

A luta e resistência popular pela terra é um marco na historicidade da sociedade brasileira. Pensar o campo é vislumbrar na sua contextura ações populares e dos movimentos sociais que lutaram pela terra, pelo direito social e político de pertencimento ao território rural. O objetivo geral deste trabalho é refletir sobre a luta pela terra e as resistências dos povos do campo no cordel, pelo viés dos direitos humanos na perspectiva de educar o jovem do campo sobre a memória histórica deste espaço social. Nossa proposta é mostrar que é possível educar a juventude do campo, através dos cordéis, estes vistos como espaço de educar que ao serem utilizados na educação escolar, como conteúdo de aprendizagem, desenvolvem discussões sobre a educação do campo, tendo como eixos norteadores a memória e escrita do

campo contidas nos folhetos. O cordel, como constituinte de uma memória social nordestina e brasileira, traz marcas de produções de poetas populares, que nos textos poéticos, elaboraram suas visões do campo e compuseram uma escrita sobre o trajeto de homens e mulheres e a epopeia de suas experiências em comuns. Educar os jovens do campo a partir da memória e história dos povos do campo na escrita dos cordéis possibilita o diálogo de saberes e valores construídos no conhecimento vivencial dos poetas populares, é ensinar uma história cuja narrativa se torna importante no aprendizado da juventude, educando pela valorização social, cultural e política com enfoque nos direitos humanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Juventude, Cordel, Memória, Educação do Campo, Direitos humanos.

## IN THE WEAVYNG OF MEMORY, HISTORICAL TRANSFERS OF THE FIGHT OF THE COUNTRYSIDE IN CORDEL: EDUCATE YOUTH IN HUMAN RIGHTS

### ABSTRACT

A struggle and popular resistance across the land is a milestone in the historicity of Brazilian society. It thinks of the countryside to glimpse in its context, popular actions and social movements that fought for land, social and political right belonging to the rural territory. The main objective of this study is to reflect on the fighting for land and to reflect the people's resistance of the countryside in Cordel, through human rights from the Education young countryside perspective on a historical memory of this social space. Our proposal is to show that it is possible to educate the youth of the countryside, through Cordel, these have been observed as the space of education that is used in school education, as learning content develop discussions about a countryside education, for instance we have as guideline the memory and Writing countryside

contained in the brochures. The cordel, as a belonging of a social memory of the Northeastern and social memory of Brazil, it brings production mark of popular poets, who in the poetic texts, elaborated their conceptions of countryside and he composed a writing on the men way, as well as, in the way of women and an epic of their experiences in common. Educating the youth of the countryside from the memory and history of the people in the writing of the cordel enable the dialogue of knowledge and values that have been built with non-existential knowledge of the popular poets, it is teach a story, his narrative becomes important not learning from youth, educating By social valorization, Cultural and political with a focus on human rights.

**KEYWORDS:** Youth, Cordel, Memory, Countryside Education, Human rights.

## 1 INTRODUÇÃO

*Trabaio na roça de inverno e estio  
A minha chupana é tapada de barro  
Só fumo o cigarro de paia de mio  
(Patativa do Assaré, o poeta da roça)*

*Já dizia Patativa  
Nos seus versos sem zum-zum,  
Que essa terra é desmedida  
E devia ser comum,  
Devia ser repartida  
Um taco pra cada um.  
(Braga, 2008, p.3).*

Os versos dos poetas Patativa do Assaré e Braga (2008) nos motivam a refletir sobre o campo e sua importância fundante, tanto na vida de quem nele vive, como enquanto espaço formador de saberes e de uma cidadania cultural e política, nos permitindo visualizar o espaço, em que estão inseridos como território, no sentido de estabelecer conexões de saberes e aprendizagens que na educação escolarizada possibilitem que o acervo de conhecimentos dos povos do campo contribua para o aprendizado escolar de jovens que habitam esta territorialidade na valorização de suas identidades sociais e culturais.

O campo apresenta uma sociodiversidade de saberes, povos, culturas, modos de viver, costumes, hábitos, relações de compadrio e vizinhança, laços de amizade e sociabilidades, relações com a terra e o trabalho, que se formam a partir da articulação entre estes povos, da relação com a terra e a luta por ela, moldando um jeito de ser dos povos do campo e seus marcadores sociais, que se constituem em aspectos significativos da construção social da memória do campo pelos povos que nele habitam.

A luta e resistência popular pela terra é um marco na historicidade da sociedade brasileira, pois pensar o campo é também vislumbrar, na sua contextura, ações populares e dos movimentos sociais que lutaram pela terra, pelo direito social e político de pertencimento ao território rural e de suas afirmações étnicas, sociais, políticas, culturais e identitárias.

O objetivo deste artigo é refletir sobre a luta pela terra e as resistências dos povos do campo no cordel, pelo viés dos direitos humanos, na perspectiva de educar os jovens que moram no campo através da memória social e história da localidade. Nossa proposta é apresentar o cordel como espaço de construção de conhecimento sobre os povos do campo, no trato de sua memória e história, no sentido de mostrar que é possível educar a juventude do campo, através dos cordéis, com temáticas em torno dos saberes do campo, da luta que envolveu e envolve a discussão no que se refere à terra e ao conjunto de conhecimentos que são peculiares aos sujeitos sociais rurais.

Estes conhecimentos ao serem utilizados na educação escolar, como conteúdo de aprendizagem no ensino médio, propiciam que na educação do campo, o jovem tenha contato com os saberes da terra e o potencial educativo que deles emana, entre os quais destacamos a memória social dos povos do campo, pela via da luta pela terra e resistência social, que se torna um dos eixos norteadores da memória e escrita do campo contidas nos cordéis.

Os cordéis como artefato cultural, como literatura produzida por poetas populares a partir de suas representações e interpretações do mundo social e dos sujeitos históricos nele contidos, propiciam que o debate sobre as culturas dos povos do campo e suas histórias nas narrativas dos textos cordelísticos, motivem a aprendizagem juvenil na escola. O jovem do campo que está no ensino médio, precisa conhecer e reconhecer a importância do lugar de

origem, de onde constroem sua historicidade e conhecimento, da constituição de sua identidade campesina.

O campo, em nossa perspectiva, é visto como lugar de pertencimento e identidade, de construção de múltiplas histórias de vida, em que estas se entrelaçam a partir das relações sociais que neste espaço se consubstanciam. A vida no campo aponta para a diversidade de sujeitos sociais e seus modos de vida, pois, congrega especificidades de relações trabalhistas e práticas culturais que organizam socialmente os sujeitos campesinos, o que permite vislumbrar, no campo educacional, uma proposta de educar cujo painel educativo move diferentes modos e formas de ensinar.

Advogamos a ideia de que pensar os povos do campo, a partir de sua luta de resistência, quer em movimentos sociais ou ações que denotam perceber o campo e sua dimensão não apenas social, mas memorialística e educacional, é fundante na formação educativa dos jovens do campo que estão no ensino médio. Como uma modalidade que finaliza a educação básica no ensino médio, torna-se importante discutir questões atinentes ao campo e suas transformações sociais, sobretudo, para jovens oriundos de localidades rurais, que, na maioria das vezes, não encontram tais discussões no contexto da escola.

O percurso teórico que norteia as discussões neste artigo, se aporta nas reflexões de Candau *et al.* (2013), Dayrell e Carrano (2014), Halbwach (1990) e Pires (2012). Metodologicamente, alçamos nossas discussões com base no paradigma indiciário de Ginzburg (1990, 2007), na qual tomamos como eixo de nossa análise os indícios, fios e rastros contidos no cordel intitulado *O cordel da reforma agrária* do cordelista paraibano Medeiros Braga.

Este poeta popular paraibano, nascido na cidade de Nazarezinho, é economista e romancista, cuja produção cordelística discute questões sociais que contornam a trajetória da sociedade brasileira, até outras temáticas em torno do qual, o social, o cultural e o político são tomados como referência para discussão nos textos de cordéis.

Em interface com o método indiciário fizemos uma pesquisa bibliográfica a partir de discussão em torno da historiografia relativa ao tema em tela neste trabalho em diálogo com os cordéis.

Como instrumento de pesquisa, o cordel nos permite empreender uma ação analítica acerca da reforma agrária, notabilizando as maneiras como a luta pela terra e as resistências dos trabalhadores serviram de foco interpretativo nas produções dos cordelistas. O campo como espaço de construção de saber, de conflitos/confrontos, cenário da ação dos camponeses, é focalizado em diferentes narrativas produzidas pelos poetas. Trazendo tais aspectos para o contexto da educação, torna-se *mister* discutir tais proposituras com a juventude, pois permite que os jovens na escola tenham acesso aos saberes sobre o campo através dos textos poéticos.

Para discutirmos as ações dos povos do campo em relação à terra no cordel e empreender este tipo de discussão como proposta para os jovens do campo no ensino médio, o texto se desdobra em dois momentos: no primeiro, nossa reflexão se verifica em torno da juventude, memória e educação em direitos humanos e relacionamos tais aspectos ao espaço escolarizado. Num segundo momento, a partir do cordel escolhido para análise, refletimos sobre como os cordéis podem ser utilizados no ensino médio, na educação do campo, para educar os jovens nos aspectos relativos à luta pela terra e resistência dos povos do campo.

## 2 EDUCAR A JUVENTUDE NOS SABERES DOS CORDÉIS: MEMÓRIA SOCIAL DE UMA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O que é ser jovem no contexto atual? Tal questionamento nos remete a múltiplos olhares sobre a juventude e o contexto social em que os sujeitos jovens estão inseridos para que possamos argumentar o sentido e significado de ser jovem e da juventude, ou melhor, das juventudes. Pais (1990) aponta para duas tendências no campo das discussões da sociologia da juventude no sentido de pensar o ser jovem no contexto contemporâneo:

- a) Numa delas, a juventude é tomada como um conjunto social cujo atributo é de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada fase da vida, prevalecendo a busca dos aspectos mais uniformes e homogêneos que caracterizariam essa fase da vida, aspectos que fariam parte de uma “cultura juvenil”, específica, portanto, de uma geração definida em termos etários; b) Noutra tendência, contudo, a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis, em função de diferentes classes, diferentes situações econômicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais, etc. Neste outro sentido, seria, de fato um abuso de linguagem subsumir sob o mesmo conceito de juventude universos sociais que não tem entre si praticamente nada de comum. (p. 140).

b)

Partindo dos pressupostos colocados por Pais (1990), verificamos deste modo, que não podemos nos referir a juventude de forma singular, sem perceber suas diferenças e nuances sociais, culturais, econômicas e políticas, bem como marcadores identitários que são fundamentais na sua constituição. A partir das proposições supramencionadas destacamos, conforme Dayrell e Carrano (2014), que:

A juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. De um lado há um caráter universal, dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária. De outro, há diferentes construções históricas e sociais relacionadas a esse tempo/ciclo da vida. A entrada na juventude se faz pela fase da adolescência e é marcada por transformações biológicas, psicológicas e de inserção social. É nessa fase que fisicamente se adquire o poder de gerar filhos, em que a pessoa dá sinais de ter necessidade de menos proteção por parte da família e começa a assumir responsabilidades, a buscar a independência e a dar provas de autossuficiência, dentre outros sinais corporais, psicológicos e de autonomização cultural (p.112).

Colocar o termo juventudes no plural ao invés de juventude de maneira singularizada, nos evoca perceber que cada sujeito jovem se identifica, representa e concebe a sociedade na qual está inserido a sua maneira, criando assim, um jeito de ser jovem e sua concepção de juventude, através da participação e engajamento social que cada jovem se colocou e se posiciona no decorrer do tempo, tendo por base o espaço social de seu pertencimento. Como destaca Souza (2004):

Os jovens vistos como portadores de direitos e seres políticos capazes de intervir no espaço coletivo revelam no cotidiano as contradições, os impasses e os antagonismos nas relações com os próprios pares e com os demais segmentos sociais, tornando visível, como um iceberg, a complexidade da sociedade contemporânea (p.50).

Educar a juventude, é um desafio contemporâneo que precisa ser melhor problematizado no cotidiano escolar, pois o jovem hoje se depara com inúmeras situações sociais, psicossociais, culturais, econômicas e políticas que refletem na sua maneira de elaborar uma visão de mundo e de sociedade, como também de se situar no contexto escolar, mediante a realidade multifacetada que o cenário atual apresenta.

Trazer para a pauta das reflexões da educação no campo a perspectiva dos direitos humanos propicia reconhecer não apenas os valores do campo como importantes e significativos para a vida dos jovens do campo, mas permite no atravessamento das discussões sobre o espaço

rural empreender uma prática emancipatória, cujo projeto educacional venha alicerçar conhecimentos tradicionalmente construídos nas comunidades rurais e que fazem parte dos costumes e suas vivências dos jovens desta territorialidade. Ressaltamos que:

A educação do campo é uma forma de respeito à diversidade cultural ao reconhecer os direitos das pessoas que vivem no campo, no sentido de terem uma educação diferenciada da perspectiva da educação rural, como também daquela que é oferecida aos habitantes das áreas urbanas e que valorize as suas especificidades. [...] Neste sentido, a educação do campo como direito humano requer estar respaldada em uma política nacional de educação do campo e da floresta, superando desigualdades socioeconômicas, socioespaciais, étnico-raciais, de gênero, geracionais, de diversidade sexual e de pessoas com deficiência. No bojo dessa discussão sobre a educação do campo como direito humano, os movimentos sociais do campo e pesquisadores (as) que refletem sobre a temática colocam que a garantia desse direito deve estar vinculada à garantia do direito a terra, ao trabalho, à justiça social (Pires, 2012, p. 14).

Cada temporalidade histórica elaborou e representou um modo de ser jovem, com seu projeto de sociedade, de vida, de profissão visto que as experiências juvenis foram diferenciadas de acordo com o espaço-tempo vivido pelos jovens. Nesta perspectiva,

Os jovens vistos como portadores de direitos e seres políticos capazes de intervir no espaço coletivo revelam no cotidiano as contradições, os impasses e os antagonismos nas relações com os próprios pares e com os demais segmentos sociais, tornando visível, como um iceberg, a complexidade da sociedade contemporânea (Dayrell, Moreira e Stengel, 2011, p.13).

É importante destacar, o papel que a escola adquire na vida do jovem e na afirmação social de sua capacidade cognitiva, de suas sociabilidades e de suas relações sociais e práticas culturais dentro/fora do cotidiano escolar. A escola pode ser sim, lócus de afirmação da juventude do campo, a partir do momento em que nela são trabalhados aspectos relativos às suas vivências sociais, possibilitando-lhes autonomia. Freire (2002), em relação à autonomia dos sujeitos no processo educativo enfatiza que: “O respeito à autonomia e dignidade de cada um, é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (p.66).

Pensar o campo a partir da contextura da educação prescinde pensar a diversidade de sujeitos e suas realidades e percepções em relação ao lugar onde vivem, o trabalho que desenvolvem, as histórias que fazem parte da composição da vida de cada localidade rural, pois cada comunidade do campo tem suas especificidades e uma leitura educacional do rural, deve levar em consideração estas especificidades, pois na escola tais aspectos são constituintes de conteúdos vivenciais atravessados pela interpretação de mundo, de sujeito e de sociedade, pois o conhecimento adquirido e construído pelos povos do campo são significativos para formar a juventude do campo a partir da diversidade de saberes, de fazeres e modos de ler e ver a sociedade brasileira.

Ensinar a juventude do campo, pelos saberes construídos na própria localidade tomando como evidência a perspectiva de quem nele habita e a luta dos povos do campo, pelos seus direitos, torna-se fundamental para uma educação que referenda valores culturais, que postula pela emancipação social e a afirmação da identidade política, social e cultural dos jovens.

No contexto atual, frente os desafios que campeiam a educação do campo, entre os quais destacamos a formação de uma identidade campesina alçada na afirmação do local, como território de saber, torna-se importante pensar uma ação educativa participativa que prime pela valorização dos saberes que são elaborados no cotidiano a partir das experiências sociais dos sujeitos em coletividade, no âmbito do local, possa compreender a importância e

dimensionalidade da terra, do trabalho, da vida, da memória, da cultura e práticas sociais dos povos do campo.

A proposta de um projeto de educação, para a juventude do campo, perpassa por uma concepção de educar assentada nas condições socioculturais dos sujeitos e que através da mediação entre os saberes escolares, articulados as experiências juvenis na comunidade, possa percebê-la como referencial para construção destes como sujeitos históricos e sociais.

Na história dos povos do campo, a luta pela terra e a resistência dos camponeses tem sido um marco na historicidade brasileira, traduzindo assim, a oposição em relação às formas espoliadoras como as populações no campo têm sido tratadas e retratadas. A historiografia sobre o tema enfatiza estas questões e o cordel, como constituinte de uma memória social nordestina e brasileira, traz marcos desta realidade histórico-social, representando as facetas da ação popular no campo, através de concepções sobre as lutas que envolveram homens e mulheres em suas epopéias de vida e experiências em comuns, compondo uma escrita para estas facetas.

Pensar uma educação do campo que congregue não apenas a luta e resistência, mas, sobretudo, os saberes dos povos do campo é fundante, pois incide em refletir como historicamente o campo tem sido pensado e como se verificou o trajeto das diferentes formas de ações que culminaram tanto na luta dos movimentos sociais por uma educação no/do campo, como na construção teórica e concepção que se delineia sobre esta no espaço educacional. Destacamos que “A educação do campo, tanto do ponto de vista conceptual quanto do ponto de vista das principais ações conquistadas no interior do Estado brasileiro, resulta da construção histórica da sociedade civil organizada” (Munarim, 2012, p.84).

### 3 A ESCRITA DOS POVOS DO CAMPO NO CORDEL: MODOS DE EDUCAR A JUVENTUDE

*A reforma agrária é boa  
Para o homem e a natureza  
Porque vai poder plantar  
Dando mais verde e beleza  
Sem agredir sua fauna,  
Sem causar mais avareza  
(Braga, 2008, p.14).*

Neste item, discutiremos como no cordel de Braga (2008) a questão da luta pela terra é narrada e o posicionamento político do poeta e sua postura educacional frente às discussões que desenvolve no folheto. O cordel como artefato cultural é também espaço onde se pode desenvolver, no contexto escolarizado, práticas educativas movedoras da memória dos povos do campo, em que o ensino e a aprendizagem possam se delinear, motivando a culminância de questões relativas aos múltiplos aspectos do mundo da vida e do espaço social. Visto por esta perspectiva, é possível através do cordel discutir questões relevantes à vida no campo e que possam contribuir no aprendizado da juventude que nele habita, a partir da modalidade do ensino médio.

O cordel pode possibilitar um modo de educar a juventude do campo, quando em seu espaço, traz a possibilidade de afirmação histórica e social da luta dos povos do campo em suas diretrizes política, social, cultural e histórica, aspectos que atravessam discussões em torno da memória, mas também, pelos direitos sociais, ou seja, prescinde pensar os direitos humanos.

Ao trabalhar a luta pela terra e as inúmeras resistências sociais empreendidas pelos povos do campo, o cordel acentua seu papel não somente educativo, mas sobremaneira, seu aspecto político e social. O cordelista, como um leitor do mundo social, da vida e dos sujeitos, traz no

bojo de suas discussões questões de relevo que podem ser empreendidas no espaço escolar e educar a juventude, entre os quais destacamos, a juventude do campo.

Ao compor a memória dos povos do campo em suas produções, os cordelistas buscaram nos fios e rastros (Ginzburg, 2007) das histórias dos camponeses, material para elaboração de suas narrativas. A memória, individual e coletiva, destes sujeitos sociais foram ressignificadas no cordel. Halbwachs (1990) evidencia que ao trabalharmos com a memória individual e coletiva de sujeitos e sua relação com o local, abrimos o leque de possibilidades para recompor lugares, sujeitos e situações vivenciadas no cotidiano que passam a ser ressignificadas.

O cordelista em sua prática poética, escriturística da vida social, ao ler o passado, o restitui no cordel, empreendendo assim um papel sumamente importante na leitura do tecido social. Braga (2008), ao fazer sua leitura crítica das questões que permeiam o campo/cidade mostra que: “Consumido pelo tempo/ Meio século se passou/ Ficou o campo deserto/ A cidade, então, inchou/ E a relação social/ No país se complicou” (pp.3-4).

Este tipo de proposição empreendida pelo cordelista nos aponta para que mediante o lampejo das discussões relativas ao campo, os conflitos/confrontos que desenhou na história da luta do campo, em detrimento das transformações citadinas, ainda prescindem da notabilidade, pois, as questões do campo e como nela a problemática que o caracteriza se desenvolve, são fundamentais de serem conhecidos na escola, sobretudo, em si tratando do debate com a juventude.

Medeiros (1989) em sua análise dos movimentos sociais do campo, entre o período militar e a chamada transição democrática, analisa que tal contexto não coibiu a luta dos povos do campo, através dos movimentos sociais pela reforma agrária e direito à terra. Tal luta continuou viabilizada mesmo na chamada Nova República. Ao se reportar a luta pela terra através da ação dos povos do campo, Medeiros (1989) destaca que:

Uma das marcas notáveis da vida política brasileira nos últimos quarenta anos foi a emergência dos trabalhadores rurais na cena política, constituindo-se progressivamente como sujeitos sociais, numa trajetória descontínua, marcada por avanços e recuos, vitórias e derrotas. Num processo tenso, caracterizado por vezes por irrupções bruscas, eles marcaram sua presença através de grandes manifestações coletivas — encontros, atos públicos, greves, acampamentos, ocupações de terra — que trouxeram à luz grupos sociais diferenciados, portadores de reivindicações distintas, mas que tinham algo em comum: o questionamento do lugar que lhes fora imposto no interior da sociedade (p.210).

Através da análise de Medeiros (1989), ao fazer referência ao contexto de luta empreendida pelos povos do campo, podemos perceber os aspectos políticos que traduziram tal questão, mas destacamos também o papel do registro memorial através das memórias coletivas e individuais (Halbwachs, 1990), que culminaram com estes tipos de questões na vida dos camponeses e, sobretudo, daqueles envolvidos nos movimentos sociais.

O cordelista Braga (2008), ao se reportar ao período militar e a transição democrática, chamando atenção aos 20 anos de luta dos movimentos sociais durante o período militar, mostra que a luta dos povos do campo, através dos movimentos sociais pela reforma agrária, mesmo mediante a opressão política, do empreendimento do estatuto da terra, continuou, e, tal continuidade se delineou da seguinte forma:

Falar em reforma agrária/ Jamais se deve esquecer/ As prisões, torturas, mortes/ Que puderam acontecer/ Aos que tinham a ousadia/ De dar um não ao poder.  
E se de um lado assustava/ Pelas ações de terror,/ Por outro o regime tinha,/ Pra poder se contrapor,/ O Estatuto da Terra/ Ligado ao trabalhador.

Mas durante vinte anos/ Não foi feito quase nada,/ Na verdade, o estatuto/ Veio pra manter/ controlada/ A fúria dos camponeses,/ Sua luta organizada. (Braga, 2008, pp.7-8).

Mesmo em face dos inúmeros desafios postos aos povos do campo, os movimentos sociais, protagonizaram diferentes momentos da cena política, através de suas reivindicações e ações realizadas. Entre os movimentos que vieram dar sustentabilidade à luta de resistência no campo, o cordelista Braga (2008), destaca o papel do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

Mais de vinte anos e vai/ O povo em pior estado,/ Só o que houve de bom/ Em tudo que foi criado/ Foi o forte Movimento/ Dos Sem-Terra organizado.

Dizem do MST,/ Mesmo sem lhe querer mal,/ Que há momentos de luta/ Em que ele é radical,/ Sem querer compreender/ Os métodos do capital (Braga, 2008, p.9).

A luta pelo direito à terra foi uma das tônicas que fortaleceu o ideário do MST no contexto político do campo, ressaltando em suas propostas questões atinentes ao projeto que culminou a prática do movimento e suas diretivas sociais, políticas e educacionais. Ao elaborar sua leitura crítica com relação à trajetória dos movimentos sociais do campo e a luta pela terra e resistência social, frente às ações governamentais, o cordelista mostra que:

Aquela reforma agrária/ Que foi de público acertada,/ Fazem tudo os ruralistas/ Pra que seja escanteada,/ E a verdade é que o governo/ Não tem feito quase nada./ Foi substituída/ Por programas sociais,/ Moradia, luz no campo,/ Outros assistenciais,/ Como a água e a saúde/ Que ajudam a viver mais.

Mas, por o homem no campo/ Como centro da questão,/ Isso não vem sendo feito/ Com a devida precisão.../ Quando muito à conta-gota/ Pra conter a insurreição.

Nem os casos quilombolas/ Que tanta injustiça encerra,/ Homens que mais se parecem/ Sobreviventes de guerra,/ Não foram ouvidos, nem dado/ A garantia da terra./ Enquanto isso, no campo/ A grilagem continua,/ A prática do escravismo,/ A violência mais crua,/ A agressão ambiental/ Na flora se perpetua.

Da forma como se encontra/ Concentrada a produção,/ Com uso de agro-tóxicos,/ Com transgênicos em ação,/ É posta a vida em ameaça/ De toda população (Braga, 2008, pp.15-16).

Percebemos que ao apontar aspectos sinuosos da luta pela terra na sociedade brasileira, os povos do campo ainda encontram, na contemporaneidade, múltiplos desafios, frente a concentração da terra, o direito a permanência na terra e em relação as próprias políticas governamentais no Brasil. Os versos supramencionados, apontam para as diferentes diretivas tomadas pela questão da terra atualmente, questões pontuais de serem discutidas com a juventude do campo, através da escola, pois este segmento geracional é um grupo social fundamental em que estes aspectos sejam postos para debate. Trazer para a escola do ensino médio, entre a juventude, o debate em torno da luta pela terra e a resistência empreendida em diferentes momentos da história do Brasil, possibilita o conhecimento e o reconhecimento socioeducacional dos saberes e fazeres dos povos do campo em sua cotidianidade histórica, e, os cordéis como mediadores de tais discussões são espaços que possibilitam a fluência de tais discussões.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cordéis em diferentes contextos históricos desenvolveram e elaboraram novos modos de interpretação da luta e resistência dos povos do campo. Estas foram representadas nos textos poéticos tanto em sua historicidade, como através das questões sociais e políticas que permearam as formas de ação popular. Acreditamos, portanto, que os cordéis ao fazerem esta



leitura social dos movimentos, empreendem uma ação educativa que contribui na educação de jovens do campo no contexto do ensino médio, possibilitando que estes reconheçam as trajetórias de luta empreendidas no campo, mas também, possam aprender com o conhecimento produzido neste tipo literatura, notabilizando a importância social dos sujeitos do campo e a visibilidade que o cordelista adquire em seu fazer poético, como educador social.

Neste sentido, concordamos com Freire (2002), quando este afirma que:

Respeitar a leitura de mundo do educando, não é também um jogo tático com que o educador e educadora procuram torna-se simpático ao educando. É a maneira correta que tem o educador de com o educando e não sobre ele, tentar a superação de uma maneira mais ingênua, por outra mais crítica de inteligir o mundo (p. 138).

Acreditamos, portanto, a partir de Freire (2002) que prescinde o diálogo na escola entre a juventude, professor e a comunidade escolar de modo geral, dos conhecimentos que o jovem leva de sua comunidade, saberes constituídos na prática de vida, tão importantes para sua formação social e como pessoa. Trabalhar nesta perspectiva com a juventude do ensino médio é trabalhar com metodologias participativas, ações emancipatórias e dialógicas, com a memória social do campo como participe da formação dos sujeitos que nele habitam, mas sobremaneira, traz no seu âmago, as propostas de uma educação do campo alçada nas perspectivas dos direitos humanos, cujos significados os reconhecem como sujeitos de direito.

## 5 REFERÊNCIAS

- BRAGA, M. *Cordel da reforma agrária*. nov/2007. Recuperado de <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=cordel&pagfis=87743>
- CANAU, V.M., PAULO, I., AMORIM, V., SACAVINO, S., ANDRADE, M., LUCENDI, Maria da Conceição. (Org.). (2013). *Educação em direitos humanos e formação de professores(as)*. São Paulo: Cortez.
- DAYRELL, J., MOREIRA, M.I.C., STENGEL, M. (Org.). (2011). *Juventude contemporânea: um mosaico de possibilidade*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas.
- DAYREL, J., CARRANO, P. (2014). Introdução: por que ler este livro? In DAYREL, J., CARRANO, P., & MAIA, C.L. (Org.), *Juventude e ensino médio*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- FREIRE, P. (2002). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. (23a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GINZBURG, Carlo. (1990). *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GINZBURG, Carlo. (2007). *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. (R. Freire d'Aguiar, E. Brandão, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- HALBWACHS, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice.
- MEDEIROS, L. S. (1989). História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: Fase.
- MUNARIM, Antonio. (2012). Educação no campo: contextos e desafios desta política pública. *Olhar de professor*, Ponta Grossa, 15(1): 77-89.
- PIRES, A. M. (2012). *Educação do campo como direito humano*. São Paulo: Cortez.
- PAIS, J. M. (1990). A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, vol.XXV, (105-106), (1ª, 2ª), 139-165.
- SOUZA, M. A. (2008, set./dez.). Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. *Revista Educação Sociedade*. Campinas, vol. 29, n.105, 1089-1111.